DIÁLOGO
Entrevista com Renato Janine Ribeiro

Entrevista Com Renato Janine Ribeiro(1) Em Março de 1995

Newton Bignotto(2) - Se considerarmos que temos a primeira crise (teórica, pelo menos) da idéia de democracia direta no final do século XVIII, com Rousseau, em seu último grande texto, seria possível considerar que há, hoje, uma crise da idéia de democracia representativa?

Renato Janine Ribeiro - Com certeza. Mas eu colocaria a questão por uma via levemente distinta. Penso que, nesta década em que vivemos, mudaram por completo o lugar e a direção na qual se faz a crítica à democracia representativa. Até cinco ou dez anos atrás, quem lhe fazia a crítica era a esquerda, por considerá-la insuficiente. E um ideal que muitas vezes embasava essa crítica era o da democracia direta. Embora possamos considerar que esta última seja um ideal grego, que reponta ainda em Rousseau, o fato é que ela dava forma, até um tempo recente, a toda uma prática de esquerda, da qual, no Brasil, o PT era um significativo portador.

Ora, depois da queda do muro de Berlim, do desgaste das alternativas da esquerda como capazes de empolgar o mundo e, sobretudo, da globalização financeira, parece-me que a democracia representativa deixa de ser criticada como insuficiente, em face da alternativa de uma democracia direta, e passa a ser descartada pela própria direita como sendo vã. A democracia representativa perde as condições de gerir o mundo, sobretudo depois da globalização. Podemos dar dois exemplos.

Um é o caso da União Européia. Esta, enquanto se consolida, não se dota de instâncias democráticas representativas, que detenham efetivo poder. O Parlamento de Estrasburgo é eleito por um procedimento algo complicado, que, não respeitando o princípio de "um homem, um voto", privilegia os países menos povoados, limita os mais populosos e, em última análise, reduz o alcance da representação. Além disso, essa eleição se faz por regras bem diferentes em cada país, de modo que não se tem um retraio fiel dos povos europeus. Em alguns países, há votação proporcional, em outros, não. Mas, sobretudo, as instâncias que decidem mesmo estão em Bruxelas. São as reuniões de ministros. E talvez, para além do Conselho de Ministros da União Européia, quem decida mesmo sejam os setores econômicos. Ou seja, o Bundesbank tem um poder que não lhe foi conferido em eleição alguma. É claro que é possível um cenário, digamos, mais ou menos bismarckiano, neste sentido.

Assim como Bismarck efetuou a união alemã por métodos absolutamente não democráticos e, no entanto, aos poucos, foi, dentro do Parlamento e do Reich, crescendo uma oposição democrática e de esquerda, poderia acontecer a mesma coisa na Europa. Apesar de não passar a instituição da União Européia, em momento algum, por um plebiscito em escala continental ou por eleições gerais européias para constituição do governo europeu, pode ser que isso venha a ocorrer.

O que se observa até agora, porém, é um esvaziamento das soberanias nacionais - que são ainda o locus no qual se tem o jogo político claro e definido, segundo as regras que aprendemos e as teorias que ainda hoje esposamos. Há um descompasso total entre esse locus das soberanias representativas e um poder de fato, bem superior a elas, que não é conferido em nenhuma representação. A questão fica mais aguda com a globalização a que assistimos hoje, que é econômica e, sobretudo, financeira. É um fenômeno sobre determinante da política e da sociedade, hoje, no mundo, e, ao mesmo tempo, não é controlado por nenhuma instância político-econômica. O capital, e sobretudo um determinado capital, o financeiro, assume um poder de fato numa escala talvez inaudita e mundial.

Diria que a crise da representação, sob esse ponto de vista, está ligada, na verdade, a uma crise da soberania. A crise é da representação, sim, mas está acoplada à crise da soberania do Estado, que chamamos de nacional e que eu preferiria chamar de Estado independente - para não entrar na discussão sobre o que é nação, porque muitos desses Estados não são nacionais, no sentido de terem uma cultura e uma etnia homogêneas. As soberanias nacionais acabam ao surgir a economia globalizada, e a representação, que se dava no quadro da soberania, fica prejudicada. O povo elegia um governante de quem podia cobrar. Quando esse representante perde o poder, quem pode ser cobrado?

Parece-me que todas as instâncias em que se podia exercer a accountability ou o recall estão sumindo, perdendo o sentido. E aquela frase do nosso pensamento colonial parece recuperar toda a força: "Vá queixar-se ao bispo". Aos excluídos, aos descontentes, restam o pranto e a prece. Talvez não muito mais que isso. Curiosamente, depois de séculos de uma prática que tentava ser democrática, parece que estamos às voltas com algo muito anterior. Em seu texto seminal de 1819 sobre "a liberdade dos antigos comparada à dos modernos'", o pensador franco-suíço Benjamim Constant evocava o risco de que o homem moderno perdesse todo o interesse pela participação democrática, insistindo então na necessidade de se ter alguma participação, ainda que pequena, na coisa pública, mas sem encontrar exatamente os modos pelos quais esta se daria. Constant é muito claro ao dizer que a nossa liberdade não pode ser como a dos antigos, já que não temos pela agora aquela paixão que caracterizava os gregos e romanos, ou, pelo menos, os atenienses do período clássico (esta ressalva é minha). A diferença específica que caracteriza a modernidade, mais interessada na vida privada e nos negócios do que na reunião pública e na soberania, é por ele exposta com nitidez e até com afeto: ele gosta, visivelmente, de ser moderno; detestaria ter de curvar-se às ordens de uma assembléia como a ateniense. E, no entanto, este liberal teme as conseqüências finais do processo que descreve e ama.

Quando Constant fala na representação, faz referência, en passant e como sem lhe dar muita importância, a um nível mínimo de representação, que é dirigir representações ao governante - não é ter o governante como representante escolhido e eleito, mas é fazer representações ao governante, reclamando, queixando. Ora, até essa ideia mínima do governo como balcão de reclamações está acabando. O que adianta reclamar ao governante? Mesmo essa definição mínima, pobre, do poder moderno como representante perde o sentido. A quem reclamar?

Talvez um dos elementos fortes da democracia tenha sido, também dentro de outra definição mínima, pensá-la como um sistema de solução de conflitos. É uma definição mínima porque retira a ideia da democracia como valor e a deixa como um modo de solução de conflitos. Assim como poderíamos resolver os conflitos de outras formas, resolvemos as divergências, em certos casos, pelo voto. Como dizíamos, mesmo essa definição mínima tinha um papel muito importante como válvula para o escape de tensões. Ora, quando não há administração de conflitos, com ou sem uma votação, corre-se o risco do "quebra-quebra". Se houver essa perda das válvulas de escape tradicionais da representação, corre-se o risco de ter-se a somalização do mundo. Mais e mais países vão caminhar na direção do que vimos na Somália, ou seja, vão se acabar. Refiro-me a uma foto que vi no Guardian, mostrando como, à saída do último contigente da ONU, vários somalis pilhavam seu acampamento, com alguns carregando privadas: não sei se o pior é saber que, no país inteiro, somente o campo da ONU tinha rede de esgotos, ou perceber que aquelas privadas que estão sendo carregadas não servirão mais para coisa alguma.

Esse esvaziamento da representação e da política traz finalmente um problema que eu queria colocar aqui, inicialmente, que é o seguinte: a quem responsabilizar? Se não existe mais um poder como válvula de escape, se não há mais um espaço de queixa, de solução dos conflitos ou, pelo menos, de redução da sua temperatura, quem deve ser responsabilizado pelos conflitos e pelo grau extremo a que eles podem chegar?

Vivemos ainda num modelo de representação, enquanto responsabilização, que recorda o Tribunal de Nuremberg, em 1945, e que tem exemplo, agora, no julgamento, que está ocorrendo na Etiópia, da antiga ditadura militar. Processa-se alguém em quem se vislumbra a encarnação do mal na política. Nesses casos, todos os limites foram ultrapassados. Os nazistas conspiraram para matar judeus. O Derg etíope mandava torturar e matar seus opositores: ele mesmo guardou atas com essas decisões e mandou filmar as torturas em vídeo. Isso é muito claro. É o julgamento de criminosos. Mas, quando se pode demonstrar que a mortalidade infantil, numa escala mundial, e a destruição de um país estão ligadas ao aumento da taxa de juros, a quem se deve processar? A quem se deve responsabilizar? É muito difícil provar que tenha havido dolo, que houvesse intenção de causar o mal, provar que esse mal efetivo que está destruindo países sem conta mundo afora foi decorrência de algo deliberado.

Em suma: é como se fosse julgada apenas a violência que, embora extrema, é medíocre - aquela conduzida por criminosos de mau filme de terror. Pune-se o varejo, mas ignoram-se as causas; em pensamento dialético, isto se chamaria lidar com a violência, abstraindo-a dos processos que a engendram e, por conseguinte, castigar apenas um efeito ou outro, em vez de enfrentar suas razões mais fortes. Enfim, em vários níveis, a representação hoje está em crise. E como se tivéssemos a substituição de uma crítica de esquerda à representação por um esvaziamento seu à direita. Isto significa que, para o democrata, o mais sensato e urgente atualmente não será atacar a representação por suas insuficiências, mas defendê-la da ameaça de se pôr termo até àquele mínimo dela que é essencial a uma democracia, ainda que tímida.

Leonardo Avritzer: Gostaria de apresentar um segundo problema relativo à idéia de representação. Na verdade, a representação sempre implicou uma antonomia entre ente indivíduo e corpo político. Por exemplo, Newton Bignotto falou de Rousseau, e você, de Benjamim Constant, dois autores que põem claramente a questão da representação nessa direção. Temos, de um lado, o indivíduo e, de outro, o corpo político soberano unitário. O que vemos, hoje, é uma sociedade muito mais plural. Quando você trata da questão do mal, imediatamente me vem a questão contrária: como o bem se tornou mais plural na sociedade contemporânea: valores múltiplos, formas de vida múltiplas, que se expressam, não pela vontade de querer que todo mundo seja de uma certa forma, mas pela vontade de defender que os outros me deixem ser de uma forma que eu sei que é, em si, particular. A pergunta que faria em relação à representação é esta: com o surgimento de uma sociedade mais plural, de um conjunto de corpos intermediários que expressam essa pluralidade, como a questão da representação entendida só a partir de dois pólos - indivíduo e corpo político - ficaria?

Renato Janine Ribeiro - A partir do momento em que se valoriza a diferença, essa questão fica muito difícil. Há alguns pontos a discutir. O primeiro é que, de fato, a democracia tem relação com uma redução do espaço do que será considerado o "mal" na política. A sociedade passa a ter várias alternativas que são igualmente legítimas. O espaço do "mal" deve ser reduzido ao mínimo, referindo-se apenas àqueles que tentam eliminar direitos humanos básicos, destruir a própria forma político-democrática, etc. A pluralidade é, assim, um direito básico. Mas essa pluralidade, que deveria constituir uma série de vias distintas e igualmente legítimas, está hoje se convertendo numa valorização das diferenças. Isto é, da diversidade, passou-se à diferença e mesmo ao antagonismo, mas a um antagonismo que não se resolve, como diria a dialética, numa síntese superior; que, na verdade, não se resolve, mas afirma, mais e mais, cada diferença, intransigente em não admitir sua redução ou seu ingresso em compromissos. Fica evidente que me refiro a movimentos como os que afirmam tal ou qual etnia ou gênero ou orientação sexual. Ora, esse fato acarreta problemas que é preciso considerar. Num modelo canônico de representação, a diferença é reduzida. Temos mecanismos, procedimentos ou dispositivos pelos quais se reduz a diferença a uma unidade, à vontade una do corpo político. A eleição é um grande meio para isso. Um exemplo muito bem invocado é o de Rousseau, quando fala da vontade geral.

Quando se subtraem dos votos majoritários os derrotados, o que resta é a vontade geral. É claro que não é tão simples assim: o procedimento não é de mera aritmética. Todo um ritual é preciso para Rousseau chegar a isso, o qual consiste, essencialmente, na proibição das facções, dos conchavos, das "conversas paralelas", na exigência de que a vida pública transcorra, toda ela, em público. Assim se pode operar a redução das vontades plurais para se chegar à vontade una, mas, no caso de Rousseau, isso se justifica, em última análise, pelo fato de que se excluiu tudo o que era artificioso, paixão factícia, até se chegar ao cerne irredutível do coração e de sua verdade. Por isso, a rigor, não temos exatamente uma redução das vontades plurais a uma só, mas o encontro, no fundo da aparente e equivocada pluralidade, da verdade comum aos homens enquanto seres ainda não desfigurados, enquanto homens - arrisquemos a palavra neste contexto em que ela parece descabida, de natureza.

Ora, em nossa sociedade, isso é extremamente difícil. Em primeiro lugar, porque, tão logo adotemos uma democracia que não consista simplesmente no poder da maioria, mas que constitua como princípio seu, igualmente forte, o direito à divergência (e portanto a legitimidade das oposições, a alternância no poder, eleições livres, autonomia para os que discordam, etc.), a pluralidade das vontades deixa de ser mera aparência para se tornar dado irredutível e introduzir na vida dos homens em sociedade até mesmo um sensível elemento trágico.

Mas, além disso, há um desencanto com a política, que se traduz num significativo esvaziamento dos partidos. Apesar de Rousseau ser contrário às facções, o modelo mais tradicional da política que delineamos a partir dele e em certa medida contra ele (a redução de várias vontades a uma só) se realizou através dos partidos. Contudo, hoje eles se debilitam, ao mesmo tempo que a diferença deixa de ser pensada em termos de oposição no parlamento, de alternância que visa ao poder, ou no mínimo à governação, para passar, pelo menos nos países mais desenvolvidos, a dizer respeito a questões relacionadas com as assim chamadas minorias.

Elas podem incluir a própria mulher, embora, numericamente, o sexo feminino sempre seja maioria. A questão é que minoria não é uma ideia quantitativa, e sim qualitativa, marcando que se está em descompasso com um certo modelo predominante. Quando essa idéia de diferença se valoriza, isso acarreta sérios problemas para a política. Talvez em dois momentos.

Num primeiro momento, que podemos datar dos anos 60 e 70, e sobretudo na Europa, mas também no tocante ao movimento negro e à contracultura norte-americanos, cabia dizer que as questões de minoria tinham um cerne político. Num segundo momento, porém, mais recente, e sobretudo nos Estados Unidos, ocorreu um esvaziamento do espaço político, do qual bom exemplo é o paradoxalmente chamado de "politicamente correto". Esse termo inclui um paradoxo, porque falar em algo correto politicamente supõe, justamente, um recorte entre o certo e o errado no interior mesmo da política. Ora, esse recorte não é democrático, nem mesmo político no sentido moderno, porque elimina a legitimidade da alternativa.

Quem tiver uma outra posição está errado, incorreto. No entanto, sinto simpatia por certas análises do "politicamente correto", porque efetuam uma boa crítica da linguagem e de determinadas práticas sociais que tradicionalmente eram tidas por naturais. Essas análises mostram o investimento político que há por trás da linguagem em relação à mulher, por exemplo. Certa vez, vi no elevador de um prédio, em São Paulo, um regulamento interno cujo primeiro artigo dizia que era "proibido o uso do elevador social por carrinhos de feira, empregadas e outros objetos". Não se pode inocentar ou considerar com naturalidade esse tipo de texto, em que a coisificação da empregada doméstica é colocada com toda a clareza e até mesmo candura.

O problema maior, porém, é que, no fundo, o "politicamente correio" não representa tanto movimentos sociais, mas lobbies. Trata-se de um recorte muito norte-americano. Quando as reivindicações que temos provêm de movimentos sociais, estamos no universo, que é mais o europeu, da crítica democrática e de esquerda à representação, da tentativa de descobrir novas formas de atuação política que possam até mesmo apontar uma certa atuação direta na coisa pública. Mas, quando se deixa de pensar nos movimentos sociais e a referência passa a ser o lobby, estamos falando de outra forma de representação. Assim como há o lobby do Pentágono no Congresso americano, há o lobby negro, o feminino, o dos deficientes físicos: uma forma de representação que, em última análise, parece-me apontar sempre para a coisa privada e nunca para a coisa pública.

Estão sendo defendidos no Congresso norte- americano os interesses privados de - digamos - 100 milhões de mulheres. O fato de defendermos 100 milhões de pessoas não significa que seus interesses deixem de ser privados. São interesses de mulheres, enquanto mulheres, que por isso se chocam com os interesses do homem, enquanto homem. É verdade que tal fronteira é muito lábil. Fica difícil distinguir onde há movimentos sociais, onde Miobby, onde ha movimento Social remetendo à coisa pública, onde há uma coisa privada no nível de uma sociedade, digamos, quase anônima.

Mas de todo modo, mais e mais se esvazia aquilo que deveria ser o horizonte de todo o movimento social: a possibilidade de expansão no rumo do público, no rumo do direito. Deve ser esta a distinção entre o público e o lobby: este último é a intervenção decisiva do privado no político, levando ao extremo uma noção explícita ou (no caso do politicamente correio) implícita, de interesses - ao passo que o público tem sempre aquilo que caracteriza o direito, sua potencialidade universalizante. Toda uma dinâmica do direito, sua tendência a coincidir com o gênero humano (e quem sabe, com outras espécies ainda), é assim sacrificada em favor de um procedimento que acaba remetendo ao privilégio, com suas características restritivas - ou, se quiserem, não a privilégios, mas a interesses privados, mesmo que de grupos numericamente expressivos. É interessante notar isso na própria prática dos sindicatos.

A mídia, por exemplo, aplaude os sindicatos modernos, que compram espaços na tevê para defender seus interesses. O Sindicato dos Bancários de São Paulo filiado à CUT, dono de vários andares do edifício Martinelli, arrendou-os, como forma de conseguir dinheiro. Quando esses sindicatos são elogiados, embora com ressalvas, pela mídia, geralmente é porque passaram a se portar de uma forma mais privada. São sujeitos privados, donos de um determinado espaço, que atuam e defendem seus interesses. Com isso, em que medida o sindicato dos bancários pode ainda ter no horizonte uma proposta de expansão do campo dos que fruem os direitos? Há um processo de esvaziamento político, e até o "politicamente correio" é um sinal muito claro desse esvaziamento.

O esvaziamento da coisa pública, visível na sociedade americana, merece assim uma análise mais detida do que se costuma fazer. Não é que o direito à diferença dissolva, inevitavelmente, o corpo político. Seria perfeitamente plausível pensar tal direito no quadro de uma discussão em que o corpo político fosse ainda um lugar de coisa pública. Essa ponte está-se perdendo. Ou não foi constituída, ou está sendo dinamitada. Na verdade, passamos a ter ou uma prática política tradicional cada vez mais fraca, ou práticas alternativas que vão, cada vez mais, se despolitizando.

Para terminar, lembro-me bem de que, quando, no final dos anos 70, foram criados no Brasil os partidos políticos que resultaram no quadro partidário atual, os dirigentes do Partido Democrático Trabalhista convocaram uma reunião para discutir qual posição teriam no tocante às mulheres. Uma total inversão. Não são pessoas que, com base em determinadas idéias comuns, se reúnem para formar um partido. Não. Elas, tendo formado um partido por terem idéias em comum num certo campo, acham que devem ter idéias comuns numa série de outras coisas. Dentro do PT, ao qual nunca fui filiado (nem a algum partido), já vi gente discutindo a necessidade de que uma revista do partido fosse de cultura "petista". Uma revista que mostrasse a forma petista de namorar, a forma petista de amar. Essa é a conseqüência final de uma lógica dos partidos.

As pessoas criam o partido, depois têm que acentuar as suas diferenças. Mas é óbvio: no PT há defensores do aborto e seus adversários. Há uma diversidade, que deveria ser, em cada partido, explorada. Não se deveria admitir que houvesse essa partidarização. A partidarização traz como resultado final o fato de que toda uma série de interesses e desejos tenham de se manifestar fora dos partidos e, num certo nível, contra os partidos. Isso é uma conseqüência má, que às vezes até faz as pessoas se voltarem contra a própria idéia de um espaço público. É este um problema sério.

Newton Bignotto - Não haveria o risco, hoje, de se substituir a noção de vontade geral pela noção de sondagem de opinião, exatamente fazendo um curto-circuito das corpos intermediários, e, assim, voltando produzida pela sondagem, que parece conter a manifestação pontual e imediata de vontades? Com o progresso dos sistemas de informação, que tornam possível, hoje, a obtenção de uma resposta imediata, via sondagem, para um problema aparentemente pontual, e não político, não se estaria incorrendo no risco mencionado por Rousseau de o somatório de vontades ser confundido com a vontade geral?

Renato Janine Ribeiro - É verdade: isso faz parte da dificuldade de se pensar a representação, de se pensar a coisa pública. Há esse risco. Curiosamente, o primeiro autor, que eu saiba, a levantar essa questão foi Monteiro Lobato em seu romance O Presidente Negro. E uma obra escrita na década de 20, que se passa nos Estados Unidos, numa época futura, em que os negros, por terem mais filhos, tornam-se pouco mais que um terço da população. Mas, como os brancos se dividem nas eleições, por surgir uma candidata feminista, um negro se vê eleito por pequena diferença de votos. Acontece que, nessa época, os negros já conseguiram perder todos os traços da negritude, excetuando-se o cabelo carapinha. O presidente branco, assustado, propõe uma aliança à candidata branca, derrotada nas eleições. E através de um aparelho estranho, que tem uma tela, e que é possível ativar em qualquer casa, fazem uma sondagem com todos os brancos, perguntando se eles aprovariam, como solução final para o conflito com os negros, a adoção de um procedimento químico que permitiria acabar com o cabelo carapinha. Só que, na verdade, o tal procedimento esteriliza a pessoa. Isso, porém, apenas se revela depois da esterilização em massa dos negros. O presidente eleito - negro - suicida-se ao se saber estéril, e o presidente branco é reconduzido ao cargo, casando-se com a candidata branca. A obra é muito interessante por colocar no horizonte os problemas das minorias, tanto a feminina quanto a negra. A única coisa estranha aos nossos olhos é a influência que tem, junto aos negros, o que representa renegar sua cultura, melhor dizendo, seu físico, sua raça, o que neles é natureza.

Mas o aspecto da consulta é notável: está mais perto da democracia direta do que a sondagem de opinião. Na sondagem, pega-se uma amostra, e as chances de manipulação são muito maiores do que numa consulta, que abrange todo mundo. Muitos grupos que defendem a democracia direta achariam isso fantástico. O que se tem na sondagem? Uma possibilidade enorme de manipulação, a começar pela pergunta que se formula. Há o velho exemplo americano, que trazia resultados diferentes conforme se falasse em China Vermelha, China Continental ou China Popular.

Contudo, a consulta direta em terminais de computador não é muito melhor que a sondagem: sobre esta, ela só tem a vantagem de substituir a amostragem por um retrato, digamos, total; mas, na verdade, essa diferença é apenas de quantidade e não de qualidade, porque se obedece, ainda, aos mesmos princípios que excluem o sentido político da discussão e a submetem a princípios de ordem publicitária. E tal esvaziamento da discussão política se produz, atomizando-se os atores que dela participam e dissociando-se as questões que assim iriam a votos: uma dupla atomização, pois, dos temas e dos cidadãos, ou dos objetos e dos (supostos) sujeitos. Daí ser essencial haver um locus, geralmente - nas sociedades complexas - alguma espécie de palco, no qual a discussão atinge a qualidade da coisa política, e que, desde que se inviabilizou a agora grega ou se mostrou apenas utópica a praça rousseauniana, toma o feitio de alguns dos assim chamados "órgãos intermediários", aqueles que fazem a mediação entre o indivíduo e o governo. É por isso, como, por sinal, sempre alertaram os pensadores anti-revolucionários do político (aqueles, como Montesquieu ou Tocqueville, mais afeiçoados às instituições, e que nelas procuravam canalizar a ação política), que a supressão dos órgãos intermediários é perigosa. Afinal, é neles que se elabora um discurso e mesmo uma prática política. A esquerda deve, e por sinal o tem feito, repensar positivamente esses órgãos intermediários: sem desistir por completo do ideal da democracia direta, que sempre pode ser a via por excelência para trazer sangue novo ao debate, ela precisa superar sua tradicional prevenção contra as instituições. Melhor dizendo, cabe perguntar se em nossos dias continua cabendo opor a ação política inovadora, como algo positivo, às instituições, como algo negativo; se o melhor não seria tentar conciliar a vida e a forma, a ação inovadora e a instituição que permanece.

Mas não passemos a um elogio sem matizes dos órgãos intermediários. No Brasil, dispomos de vários Parlamentos, nas três instâncias de poder, que infelizmente têm por principal qualidade o singelo fato de existirem, mais do que aquilo que produzem. E isso é bem pouco! Deveríamos examinar outros órgãos intermediários, de perfil mais novo - e para os quais nem sei se deveríamos usar o termo "intermediário".

Penso nos grupos de pressão, que envolvem desde lobbies até, talvez, ONGs.

Finalmente, penso que o problema mais sério nessa questão é o fato de o próprio corpo político estar esvaziado. Diria que o corpo político muitas vezes pensa reforçar-se ao reduzir seus cidadãos a súditos. Mas, dando a eles a ilusão da participação via sondagem, via consulta diária de computação e plebiscito diário realizado, o próprio corpo político está esvaziando-se.

Leonardo Avritzer - A proliferação da idéia de pesquisa de opinião como opinião pública é uma enorme ilusão e um reducionismo. Caso famoso ocorreu nos Estados Unidos, nos anos 80. As pesquisas de opinião perguntavam às pessoas se elas gostavam do Ronald Reagan. Elas respondiam que gostavam muito.

Mas, ao serem interrogadas se gostavam da política dele, a resposta era negativa. Os americanos gostavam do Presidente, mas não gostavam tanto das políticas que ele desenvolvia. Vejo um pouco disso também no Brasil. Se se perguntar quem é a favor da reforma constitucional defendida pelo Presidente, todos respondem "sim"; depois que vêem a reforma, dizem "não". Evidentemente, a opinião pública é um processo de discussão muito mais do que o pressuposto que têm as pesquisas de que as pessoas têm opinião formada sobre tudo e não a modificam ao longo do processo de discussão política. Talvez fosse interessante olhar pelo lado do empobrecimento do potencial de discussão política que a própria idéia de opinião pública traz- Como você vê isso?

Renato Janine Ribeiro - A idéia de opinião pública sofre visível empobrecimento ao ser reduzida à sondagem. Quando a noção de opinião pública surge e cresce, no final do século XVIII, acontece um processo fantástico. É o conceito de uma instância não judiciária de julgamento. Trata-se de um julgamento político e decisivo, porque a soberania popular julga os homens públicos ou as atitudes alheias sem se pautar necessariamente pelo certo e errado, ou apenas pelas leis. Comparando, é o equivalente à substituição do impeachment pelo voto de desconfiança.

Na Inglaterra, desde o século XVIII, não é preciso um processo de impeachment para que o primeiro-ministro saia do governo. O último impeachment que ocorreu foi no final daquele século e já era uma sobrevivência dentro de uma constituição que havia mudado, aposentando-o como procedimento político, ao mesmo tempo que se desenvolviam medidas judiciais que atendiam seu antigo aspecto penal. E isso mais ou menos coincide com o fato de que desde então o governo, se perder a confiança do parlamento ou do povo, cai. Quantos não foram os casos, sob os reis Stuart, em que, para se afastar um ministro, era preciso processá-lo por crimes, reais ou supostos: isso acaba quando surge o governo responsável, que também conhecemos por regime de gabinete ou parlamentarismo (embora os princípios que ora estejamos expondo valham, também, para o presidencialismo). O impeachment é desnecessário ou mesmo impossível no parlamentarismo. Com a opinião pública, consolida-se um mundo realmente plural, em que há ainda a presença do certo ou do errado, mas também existem "quereres" ou vontades diferentes, igualmente legítimos. A crítica à opinião pública, no final do século XVIII, é muitas vezes uma crítica de direita, conservadora, conduzida por aqueles que ainda acreditam existir o certo e, por isso, criticam a política democrática como o regime do preconceito ou, pelo menos, da demagogia, do mau juízo do vulgo. Dessa forma, constituir a opinião pública significa constituir uma esfera de debate, sobretudo através da imprensa e dos nascentes meios de comunicação, que funcionam como linha auxiliar da também nascente soberania popular.

Evidentemente, naquele momento mal se cogitava de quantificar a opinião pública e aferir, por instrumentos precisos, o que as pessoas "pensam". De todo modo, o procedimento das sondagens, em matéria política, é reducionista, mas não pelas técnicas, cada vez mais sofisticadas, e sim por sua aplicação ao que deveria ser coisa pública.

Gostaria também de falar sobre a diferença entre gostar de Reagan e gostar das suas políticas. Temos aí duas concepções de política bem interessantes. Uma é gostar desse político em particular, do que ele representa, quase encarnando, pois, o corpo político. É uma idéia monárquica, que aliás sofreu enorme alteração no século passado, desde que os Poderes Executivo e Legislativo escaparam da coroa. Gostar da Rainha Elizabeth da Inglaterra ou da Rainha Beatriz da Holanda ou do Rei da Suécia nada tem a ver com as políticas que, no caso das monarquias, são aplicadas por outra instância, por órgãos eleitos. As monarquias democráticas conseguiram esse grande feito de separar os símbolos do Estado e do governo, através da constituição de um corpo simbólico dos reis, que foi despido de todo e qualquer poder efetivo.

A responsável por essa façanha foi a rainha Vitória, graças sobretudo a seu consorte, o príncipe Alberto. Ela subiu ao trono num momento de absoluta impopularidade da instituição monárquica britânica, devido sobretudo ao engajamento da monarquia do lado tory. Na metade do século XIX, a possibilidade de tornar-se a Inglaterra uma república, até mesmo por meio de uma revolta popular, de fato existiu. E, se Vitória , ao longo de um longo reinado, acabou tornando-se uma figura popular, foi, sobretudo, porque reduziu extraordinariamente sua atuação na política. E isso vai-se acentuar nos seus descendentes. Na década de 20, o rei Jorge V ainda se sentia mal ante a ideia de ter ministros trabalhistas. "Liberais ainda vá lá, mas trabalhistas! Essa gente mal educada, que não se veste de terno!..." Contudo, acabará tendo até um primeiro-ministro trabalhista, o que, na época, queria dizer socialista.

O interessante dessa redução do ofício monárquico é que ela é uma reconversão da realeza na direção da família. Disraeli é muito claro, quando diz, num certo momento, que a família real é sobretudo uma família. Não é à toa que a moral vitoriana está associada exatamente aos valores familiares. É possível, assim, amar a família real e detestar a política conduzida pelo governo de Sua Majestade. O mesmo talvez valha para esse ator, Reagan, que teve na chefia de Estado o melhor papel de sua carreira.

E a crise da monarquia inglesa é, em boa parte, uma repercussão, com alguns anos de atraso, da crise que se abateu sobre a família. Ela arrebenta a partir do momento em que a família real não mais se comporta como deveria, passando - esta é a ironia da situação - a não agir "espontânea e naturalmente", mas como num dos seriados americanos "Dálias" ou "Dinastia".

Comparemos (o que ainda não vi ser feito) o atual Príncipe de Gales ao último Príncipe de Gales antes dele, que se chamou, quando rei, Eduardo VIII e, depois, teve o título de Duque de Windsor. Os dois são bem parecidos, até na dificílima relação com o pai e no gosto por mulheres casadas. Só que, na década de 30, o escândalo foi rapidamente aplacado e Eduardo abdicou do trono para casar-se com a amante, ao passo que, agora, o escândalo se espalhou pelos filhos da rainha. Isso mostra como se esvaziou, ao menos no Reino Unido - onde por sinal foi cunhada a matriz e talvez tenha sido levada ao máximo a constituição da família real como a família par excellence - essa função da realeza como portadora dos valores morais.

Esse esvaziamento é muito claro. E ele suscita mais uma questão relativa à representação. Há um nível da representação que parece garantir um mínimo de consenso em relação ao Estado. Se todos, conservadores ou trabalhistas, aceitam a rainha; se todos, socialistas ou não, aceitam o rei de Espanha, isso assegura a unidade nacional para além das divergências partidárias. É assim que se pode gostar de um governante e não de sua política, desde que se separem, imaginariamente, as duas coisas.

Na verdade, essa separação entre Estado e Governo é montada por uma construção simbólica, da qual os monarquistas tentaram se valer na campanha do plebiscito de 1993, apelando para alguns antropólogos e cientistas políticos. No Brasil, essa pretensão foi um erro, porque se pretendia inventar, a seco, uma tradição. Foi talvez uma leitura estranha da obra organizada por Eric Hobsbawm, A Invenção das Tradições, porque nela as tradições são inventadas, sim, mas discretamente, devagar, e aqui se pretendia fazê-lo por plebiscito.

Luiz Fernandes de Assis - Queria voltar à questão dos corpos intermediários e fazer um paralelo entre os Poderes constituídos, o Executivo e o Legislativo, e as chamadas organizações não-governamentais. Mesmo sem terem sua existência ancorada na pretensa representatividade junto às comunidades, as organizações não governamentais que têm atuação efetiva vêm ocupando espaços da representação institucional, ao suprirem demandas reprimidas de uma sociedade civil desorganizada ou mesmo de um Estado ausente. Ao agirem assim, elas estariam pondo em xeque a própria ideia de representação institucionalmente reconhecida, ou estariam demonstrando que o mundo da política é muito mais amplo que o universo do Estado?

Renato Janine Ribeiro - São várias questões. Vamos por partes. Há um cenário otimista - vamos dizer - numa das próprias alternativas aí colocadas. As ONGs demonstram que o mundo da política é muito mais amplo que o mundo tradicional do Estado. Por essa via, elas enriquecem a política. Parece que a política se tornou nos últimos tempos, um espaço que se esvazia, como esses lugares do espaço cósmico nos quais o que entra é devorado, perde energia. É como se houvesse uma perda de energia na política. Quantos não foram os líderes que se desgastaram ao entrar para o universo propriamente político? Tudo indica que a política institucional, sobretudo em nosso País, é um espaço de desgaste muito intenso. Ela é onerosa, é maldosa, é terrível. Por isso, as coisas se passam como se a energia para atuar na política tivesse que vir de outro lugar. Aliás, confesso que, quando falo em energia, inevitavelmente acabo pensando mais na idéia de uma política militante do que na ideia de uma política tradicional. Há os que têm dinamismo para lutar por seus desejos, no sentido de transformar o mundo e mudar as coisas, e aqueles que pensam apenas em garantir concessões de tevê. Mas nem por isso devemos mitificar a imagem de uma política anticonvencional, que salve a coisa pública das abordagens tradicionais: é de se recear que o desgaste afete tanto a política mais reles quanto a mais brilhante.

Outro ponto que se nota, especialmente no caso do Brasil, é um certo esvaziamento da chamada sociedade civil, pelo menos daquela que foi celebrada, nos anos 70 e 80, na oposição à ditadura.

O conceito de sociedade civil foi substituído pelo conceito plural de ONGs. Deixa de existir uma sociedade civil que funcionaria, em relação ao Estado, como o seu interlocutor, como sua base democrática; uma sociedade que cobra do Estado, mas que teria uma organicidade quase paralela; seria um outro Estado. O que se tem hoje, ao contrário, é uma sociedade pulverizada em ONGs, que têm traços significativos em comum. Elas se concentram, muitas vezes, em uma atuação que beneficia grupos reprimidos. Muitas vezes, estão ou pretendem estar ligadas ao universo dos carentes, para suprir ou suprimir carências. Contam com participação voluntária. E para elas é crucial a questão do financiamento, muitas vezes, externo. Ao lado de todos os aspectos altamente positivos, que tanto vemos, há, porém, alguns elementos negativos.

A principal qualidade está na tentativa de se definir outra idéia de público: o chamado terceiro setor ou terceira via, nem estatal, nem privado - um universo público voluntário. Já os problemas das ONGs estão entrelaçados ao esvaziamento da coisa pública. Assim, a maior realização das ONGs foi a campanha contra a fome, do Betinho. Ora, por um lado, é interessantíssima a mobilização de toda uma parte da sociedade na luta contra um flagelo. Por outro lado, em que medida ficou nítida a fronteira entre a caridade privada e a atuação pública? Essa crítica foi formulada sobretudo pelo nosso colega Gerd Borheim, em entrevista à imprensa do Rio. E note-se que a campanha, quando tentou passar do aplacar a fome para a criação de novos empregos, não teve mais êxito. Esse é um problema sério. Ligaria isso a uma questão de linguagem - às palavras "sociedade" e "social". Lembremos, então: a interlocução com o Estado deve partir da sociedade civil ou, se quiserem, da sociedade.

Ora, o que a imprensa chama hoje de "a sociedade"? A imprensa diz que a "sociedade tem que discutir impostos a pagar", a "sociedade paga por um serviço que o Estado lhe dá mal". A sociedade aparece, sobretudo, como o universo dos contribuintes, e dos mais ricos. Delfim Neto, tempos atrás, afirmou que era um erro dizer que o atraso na regulamentação do IPMF custava tantos milhões de dólares por mês ao Estado; na verdade, dizia ele, a sociedade ganhava essa quantia.

"A sociedade" aqui aparece como o conjunto dos que pagam impostos. Pode até, no limite, ser o conjunto de todos os cidadãos, mas a questão não é vista sob o ângulo que deveria contar: o da cidadania. E, sim, sob o ângulo dos contribuintes, hierarquizados pelo volume de impostos diretos que eles pagam, porque o ICMS, que penaliza, mais que todas, as pessoas de baixa renda, acaba elidido nesse contexto.

Ao mesmo tempo que a palavra "sociedade" vai, assim, mais e mais se privatizando, reduzindo-se ao mundo dos contribuintes entendidos como clientes, que pagam por um serviço ruim (o qual perde todo o seu sentido de serviço público, para se tornar simples mercadoria), a palavra "social" vai sendo cada vez mais referida ao universo dos carentes - de que é bom exemplo o lema do governo Sarney, "tudo pelo social", que entendia o social como o universo da assistência social. O social é então o que minora as carências. Há, aí, um dado muito curioso. O substantivo sociedade, que está mais perto da idéia de sujeito, foi puxado para o universo do capital, ao passo que o adjetivo, que já é mais fraco, em termos de poder da linguagem, foi puxado para o mundo dos carentes. Entre sociedade e social, o descompasso é fortíssimo. Nessa linha de raciocínio, o que acontece quando a sociedade civil organizada é substituída pelas ONGs? Há uma clara divisão de competências: a sociedade estando referida ao capital, as ONGs vão cuidar dos carentes. Para o "social" há o voluntariado, há a busca de financiamento externo, etc. Tudo isso é muito grave.

Leonardo Avritzer - O senhor não acha que esta havendo também, hoje, uma disputa pela articulação do espaço público? Vejo isso, por exemplo, na campanha das ONGs. Não se trata simplesmente de uma disputa "lobbysta", mas de uma discussão sobre o que é a sociedade e sobre como articular essa coisa que é a sociedade. Acho que a imprensa expressa pouco esse movimento, que é extremamente importante na sociedade brasileira hoje.

Renato Janine Ribeiro - De fato, pintei o cenário mais negro. Certamente, esses espaços plurais de atuação voluntária expressam um desejo referido ao público, não o reduzindo puramente ao privado. Há que se distinguir o lobby e a ONG, pelo menos a boa ONG, a ONG que não se reduz a lobby. Nisso há a possibilidade, até, de se chegar a uma construção nova do sentido do que é público.

Mas tenho alguma dúvida. E não sei se aceitaria a formulação "articular o espaço público". Numa leitura otimista, eu diria "inventar um novo espaço público". O problema é que ainda estamos presos a idéias muito tradicionais acerca do que é o espaço público. O fato de ser ele pensado a partir de conceitos mais tradicionais da política permite a dissolução dele numa série de espaços privados e numa série de propostas que nos concebem como acionistas do Estado. A ideia inicial do Prof. Marcos Cintra, da qual saiu o IPMF, - a de um Imposto Único sobre Transações Financeiras, que seria mais elevado que o IPMF, mas constituiria a única fonte de receita para o Estado - era exatamente abrir mão por completo de qualquer sentido político ou social na arrecadação. Obter dinheiro, por parte do Estado, seria um ato neutro, arbitrário. O Estado seria uma empresa: se gasta uma determinada quantia, precisa auferir a receita correspondente. Tanto faz se o consegue mediante bingos ou como quiser. Quer dizer: há uma amoralização, uma apolitização das fontes de receita. Isso é o processo pelo qual se dissolve um espaço público.

Ao mesmo tempo, tem-se a tentativa de construir um espaço público que não seja mais pautado pela redução da diferença ao nada. Redução da diferença ao nada é quando se afirma, por exemplo, que é absolutamente impertinente na discussão política levantar questões que não sejam diretamente políticas. Se o eleitor, por exemplo, considera importantes questões como religião e moral, podemos constatar que há uma construção de espaço simbólico do que seria o político, que é mais denso do que a idéia tradicional de que estamos escolhendo o partido que vai melhor atender aos nossos interesses. Essa idéia tradicional é muito restrita e ela, de fato, esvaziou-se demais. Qual a alternativa a isso? É tentar construir um espaço público no sentido de inventar, levando em conta essa pluralidade da qual essas várias manifestações são um sinal, talvez, bom.

E sob essa ótica que vejo a experiência do Partido Verde. Em que medida a construção desse espaço público, mediante investimentos que venham de fora da política tradicional, funciona? Isso poderá ter êxito ou, simplesmente, poderá esgotar aqueles que entram no espaço da política tradicional? É uma questão ainda em aberto. Na Alemanha, o Partido Verde teve um êxito muito grande no início, mas depois ficou muito esvaziado. Há uma lógica que, de qualquer forma, é perversa, pela qual o espaço político suga e mesmo vampiriza a energia que vem de fora, para assim se recompor, mas vive se esvaziando, se esgotando, e isso afeta também pelo menos parte das novas forças que nele ingressam: verdes, feministas. Mas esse é um processo muito a longo prazo para o considerarmos esgotado a curto prazo.

Luiz Fernandes de Assis - O senhor falou em religião. Um assunto que nos preocupa muito é a ascensão do fundamentalismo no mundo atual. A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, está constituindo um partido em Portugal. No Japão, a seita Verdade Suprema concorreu às últimas eleições. O eleitor evangélico, por exemplo, ao instituir parâmetros de fé para eleger alguém a um cargo, não estaria também restringindo o campo da política, porque esse eleitor vai ter muito mais responsabilidade diante da religião do que propriamente do partido ou da sociedade? Como o senhor vê a questão da restrição à tolerância no campo da política?

Renato Janine Ribeiro - Temos que começar distinguindo os evangélicos das chamadas bancadas evangélicas. Os evangélicos são algo muito mais rico do que a redução deles a uma seita. Há uma proliferação de movimentos, às vezes, de lideranças pouco formalizadas. Não se pode confundir isso com fanatismo, com líderes que impõem seus delírios aos fiéis: nesse caso, sim, tem-se, embora em microespaços, um fenômeno totalitário, como quando o líder de uma seita japonesa conclama os seus fiéis ao suicídio. Desde Jim Jones, temos visto várias dessas seitas totalitárias, nas quais a verdade, no sentido filosófico, é a própria morte.

Essas seitas têm uma série de procedimentos visando ao esvaziamento da vida de seus fiéis, começando por eliminar de seu cotidiano o que este possua de plural, de rico, de imprevisto, para finalmente esvaziar-lhes a vida em sentido literal, fazendo-os partícipes de um movimento que culmina na comunhão do suicídio, do assassinato ou do genocídio. O risco da presença dessas seitas na política vai por essa direção. Não que esses grupos tenham chegado a esse ponto, mas introduzem um elemento que fraciona a riqueza do mundo justamente por pretender servir-lhe de principio totalizador.

De todo modo, se olharmos a democracia um pouco pela sua prática efetiva e um pouco pelo seu ideal, sem separar radicalmente um do outro e iluminando, em certa medida, o que é limitado na prática pelo que é quase ilimitado no ideal, podemos dizer que uma das principais contribuições da democracia foi justamente a tolerância de conflitos no interior da sociedade, a possibilidade de administrar o conflito e, com isso mesmo, uma mudança no que é o cimento da sociedade. Todas as sociedades pré-democráticas têm um cimento que, geralmente, é religioso.

O que permite à sociedade funcionar organizadamente, em última análise, acaba sendo algo religioso. O grande exemplo é a morte do nosso totem filosófico, que é Sócrates, o quase fundador da nossa profissão, executado sob a acusação de não acreditar nos deuses da cidade. O processo de Sócrates é uma questão complexa, mas de qualquer forma é interessante que o embate inicial, mesmo numa sociedade democrática, seja o da religião. A sociedade ateniense pode muito bem ser democrática, mas tem um cimento mínimo, que é o religioso. Ora, a sociedade moderna vai abrir mão desses cimentes religiosos e mesmo morais. Isso está estreitamente ligado à tolerância da diferença, à aceitação da diferença. É a tolerância não no sentido mínimo, da indiferença ao outro, mas no sentido afirmativo mesmo, enquanto aceitação positiva do princípio da diferença. (Ou seja, posso ter valores distintos de outras pessoas e polemizar com elas, mas reconheço que essa diversidade é positiva e não desejo excessivamente que todas elas pensem igual a mim). Ora, esse traço essencial da democracia moderna traz problemas que são talvez "inescapáveis" para ela, como um certo nível de tensão e até mesmo de infelicidade. Uma sociedade mais homogênea, mais orgânica, no sentido de Saint-Simon, talvez até seja mais feliz do que uma sociedade crítica, na qual cada um insiste na sua direção particular e os cimentes religiosos e morais funcionam menos.

É neste ponto, aliás, que surge um fato curioso, o fascínio que exercem sobre muitos de nós (eu meincluo neste rol) culturas que possuem uma percepção algo mágica, algo religiosa, do mundo, como algumas da Ásia, da África e dos nossos índios. O problema nasce, porém, quando se elogia o fato de estas culturas efetuarem uma integração bem maior dos seus membros do que ocorre em nossa sociedade. É fato. Só que isto tem um preço: o de tolerarem muito pouco a dissidência. O cimento ideológico, no caso religioso, em seu sentido forte (aquele que nos alia a um sobrenatural mais tangível que o cristão ou, por extensão, o de qualquer religião do Livro(3)), proporciona uma integração altamente eficaz de seus membros, mas é claro como a luz que para isso exige deles a renúncia ao direito de divergir. São belas as páginas em que Lévi-Strauss elogia a prática indígena de integrar o outro em seu mundo (chamando-a, provocadoramente, de antropofagia, mas pensando sobretudo na forma pela qual o próprio criminoso é reintegrado na sociedade), contrapondo-lhe a antropoemia dos civilizados, procedimento que exclui, segrega, massacra. Mas essa própria integração de que ele fala só é possível quando reduz as diferenças, ao passo que bem ou mal nossa sociedade é a que melhor lida com o diferente, o dissidente, o divergente. A democracia depende de um relativo desencantamento do mundo. Todo encantamento, ou mesmo reencantamento, em alguma medida coloca problemas à democracia (o que não quer dizer que seja incompatível com ela: coloca-lhe, isso sim, problemas).

Nesse contexto, fica também muito complicada a existência de um partido religioso.

Enquanto o partido religioso é um partido no sentido fraco do termo, light, como por exemplo a Democracia-Cristã, o caso não é grave. Mas, quando se tem um partido religioso que pretende esposar valores intensos de fé, fica difícil: eles antagonizam o princípio plural de uma sociedade democrática porque relativamente desencantada. Não é à toa que esses partidos esposam valores extremamente autoritários e, ao mesmo tempo, crescem dentro desse desencantamento democrático que autoriza o pluralismo, até mesmo o dos reencantadores totalitários.

A democracia é um regime no qual a legislação sobre as condutas tem que se reduzir a menos do que ela foi em outras sociedades. Você pode ter vários níveis de autoritarismo, de controle social, etc., mas uma certa redução do controle sobre as condutas pessoais faz parte essencial do que se vê como democracia, hoje. Na verdade, esse fato parece concorrer em certa medida para gerar esses partidos, cujo sucesso está associado a um descontentamento diante da anomia, diante da chamada desagregação dos valores sociais e mesmo diante do desencantamento das coisas. Uma sociedade prosaica desanima e suscita, em contraponto, o desejo de várias magias.

Isso nos leva, por sua vez, à questão ética. Esta não deveria ser vivida, como é tão frequente no Brasil, em torno dos temas da corrupção (enriquecimento ilícito) e do moralismo. Parece que aqui somente se fala em ética para se condenar um corrupto, ou para se censurar alguma conduta pouco convencional. Denunciam-se deslizes, alguns deles mínimos e mesmo não intencionais, com os cofres públicos, ou então se condena o suposto amoralismo veiculado na TV, etc. Ora, obviamente a questão ética é bem mais ampla que isso. Embora não seja o caso de abordá-la aqui com a profundidade merecida, ela pode ser uma forma de enriquecer a política com exigências mais fortes. Exemplo disso, embora com equívocos, foi o clamor popular por ética na política, desde a queda do governo Collor. Contudo, por outro lado,' o refúgio na ética pode ser simplesmente um meio de muitas pessoas se protegerem contra um mundo megalopolitano, no qual os cimentes tradicionais da vida social foram se desgastando, a ponto de deixá-las desamparadas, sem referentes.

Leonardo Avritzer - Há um novo Presidente na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos fazendo um certo sucesso, Newt Gringrich, que está propondo uma reestruturação bastante ampla da sociedade americana. Ele tenta reagir à desagregação dos valores morais introduzindo a religião. Ele defende com vigor a idéia de trazer de volta as rezas às escolas públicas americanas, rompendo com uma das características do republicanismo americano, que é a ausência da religião nas escolas públicas. Ele problematiza essa ausência.

A sociedade não consegue ter uma resposta moral, moderna e sofisticada à crise da desagregação dos valores. Então, a política acaba, de uma forma muito semelhante ao fundamentalismo, recorrendo à única tradição de valores que está disponível e de que se pode lançar mão, que é a religião. Uma espécie de permanência do teológico-político com todas as conseqüências políticas que acarreta, em relação, por exemplo, à questão da tolerância. Quando uma pessoa fala mal abertamente do homossexualismo, ela fala abertamente mal de um conjunto de coisas que vêm sempre unidas. A pluralidade e a religião nunca caminharam muito bem juntas.

Renato Janine Ribeiro - Eu não chamaria isso tanto de uma permanência do teológico-político, retomando-se assim velha tradição ocidental, mas de uma atitude que parece repelir o que foi, estes anos, a contribuição principal do Ocidente à cultura política, com a aposta democrática. Prefiro chamar esse fenômeno, que você descreveu, de "singapurização" do Ocidente.

Trata-se de ideais e práticas suscitados pelos chamados "tigres" asiáticos. Eles puxaram o comboio da desregulamentação das relações de trabalho, ou seja, da supressão dos direitos trabalhistas não só lá onde eles não existiam, mas no próprio Ocidente. Esse processo vem, em grande parte, da constituição de potências econômicas asiáticas, nas quais os custos trabalhistas são muito baixos. E por que são baixos? Porque a organização trabalhista é muito fraca; assim se tem, ao mesmo tempo, uma modernização econômica intensa, que entra já na última revolução industrial, mas isso dentro de uma sociedade que conserva um tradicionalismo religioso muito grande, o qual funciona como seu cimento ideológico.

Tal modelo conflita com o ocidental, com o qual nós tentamos ainda trabalhar, que é o modelo de democracia em relação às opiniões religiosas, políticas, etc. Lá, não se tem isso. Contudo, ao mesmo tempo que a globalização da economia está associada à supressão, de matriz oriental, dos direitos trabalhistas, difunde-se a idéia de que essas sociedades, através da repressão intensa à conduta dissidente, poderão apontar uma via da qual um excelente exemplo foi o espancamento daquele menino americano em Singapura. Numerosos americanos, aliás, concordaram com esse castigo e o apontaram como modelo para seu país! Além disso, Singapura provavelmente é o país que mais enforca gente no mundo, desde que a África do Sul cessou tal prática, e deve competir com a China, proporcionalmente a suas populações, na freqüência da pena de morte.

Quem deu os elementos gerais da aliança entre neo-liberalismo econômico, repressão política e controle moralista das condutas foi Fukuyama, quase no final de seu livro - por sinal inteligente, embora não muito original - sobre o fim da História. Será inquietante se esses regimes da Ásia acabarem definindo um modelo para a política americana.

Li num jornal, recentemente, que uma deputada conservadora britânica sugeriu a punição de adolescentes com surras na tevê, ao vivo, durante a extração da loteria.

É a mesma ideia. Ela tem alguma viabilidade, apesar de entrar em choque com tradições ocidentais muito fortes.

Luiz Fernandes de Assis - Vemos que o Parlamento brasileiro tem criado certos entraves a uma reforma institucional séria, que priorize a participação democrática. Ainda que sejam constituídas comissões especiais, com este objetivo, o corporativismo interno aliado a uma ausência de expressão popular, demonstra fôlego suficiente para barrar mudanças significativas. No conjunto dessas mudanças, estariam logicamente, a questão do federalismo (o voto paraense vale mais que o do paulista) e da fidelidade partidária, pressupostos básicos para partidos fortes. Como o senhor vislumbra essas possibilidades de alteração no Poder Legislativo, sem a participação da sociedade civil e, por outro lado, como mobilizar a sociedade para assuntos tão áridos e específicos?

Renato Janine Ribeiro - O primeiro ponto é interessante, pois você levantou a questão de uma reforma institucional e constitucional, do ângulo político, quando tudo o que temos visto nos últimos tempos é a proposta de reformas constitucionais como sendo indispensáveis para a economia brasileira. Tanto que as primeiras reformas propostas no Congresso este ano visavam, basicamente, a facilitar a globalização da nossa economia.

Parece que a prioridade era essa. Isso é altamente significativo, pelo fato de que as forças políticas e sociais em conflito, no Brasil, raras vezes conseguem traduzir os seus anseios em termos de um discurso institucional.

Apenas são capazes de traduzi-los imediatamente num artigo de lei, de Constituição, que diga respeito ou à ordem econômica ou à ordem social. Isso é pobre. E resultou daí que, em 1988, a Constituinte votasse um texto que, então, se dizia privatista, na ordem econômica; e quase socialista, na ordem social.

Foi como se os trabalhadores conseguissem se organizar para defender seus direitos trabalhistas, e empresários se organizassem para defender a mudança da economia, chegando em 1988 a um relativo empate técnico - ou a um impasse constitucional -, que hoje porém, depois das duas eleições presidenciais, foi decidido em favor do capital. Mas não é tanto isso o que importa aqui, e sim que nenhum dos lados veja como isso se traduz em matéria política. Uma discussão fundamental, como a do voto proporcional, por exemplo, não tem correspondência em perfis sociais ou políticos. Não se pode dizer que a CUT seja favorável a uma coisa, e a FIESP, a outra. Certamente elas têm opiniões, mas estas não se galvanizam. São opiniões quase burocráticas.

Por exemplo, é quase certo que a CUT se oporá a toda e qualquer reforma política da Constituição, mas isso por defender o setor estatal, e não por ter convicções fortes sobre como se deve dar a representação, o exercício do mandato político. No caso da esquerda, até se poderia dizer que o peso do marxismo talvez contribua para essa omissão, na medida em que essa teoria vê mais a dimensão macro do que a micro, e tem extraordinária dificuldade em compreender - ou aceitar - a vida política tal como ela é. Mas a mesma dificuldade extrema se lê no caso da FIESP: uma incapacidade de nosso empresariado para pensar e fazer política (não por acaso, ele renunciou a fazê-la seguidas vezes, em favor quer de políticos profissionais, quer de militares).

Isso é muito sério. Lembremos, por exemplo, como foi instituído o voto distrital na França, na década de 1870: os primeiros pleitos depois da derrota para a Prússia e a queda do Império eram realizados na escala do departamento inteiro. Ocorriam assim eleições plebiscitarias sempre que um deputado morria ou se demitia, portanto várias vezes por ano, nos quatro cantos do país. Para evitar esses plebiscitos, nos quais a esquerda ia vencendo, corroendo, pois, e desautorizando a maioria monarquista que mandava na Assembléia, a direita criou o voto distrital. Este foi, na França, uma invenção estratégica de direita. É evidente que tal origem não pesa para sempre sobre o voto distrital. Mas o inquietante é que ele nos seja apresentado, hoje, numa formulação estritamente técnica, pelo mesmo partido que propõe soluções técnicas para todos os problemas do Estado, que é o partido que está no Governo, o PSDB.

Essas soluções técnicas que elidem o aspecto político nelas envolvido revelam o fato de não haver nas forças sociais um projeto de instituição. A explicitaçãode um tal projeto resultaria em pressões. As pressões que estão sendo exercidas no sentido da mudança dos artigos da ordem econômica ou da Previdência Social passariam a ocorrer também, de forma legítima, em relação aos dispositivos que se referem à organização institucional do Estado.

Ora, é a inexistência de um projeto de instituição que leva a um dinamismo muito forte da corporação, do qual o melhor exemplo é a super-representação da Amazônia, que tem praticamente, um terço dos representantes do Senado, enquanto, como região, abriga l ou 2% da população do País. No Sul, fala-se mal do Nordeste por conta desse descompasso entre eleitos e eleitores na Câmara, mas o fato é que somente um Estado está bastante sub-representado (S. Paulo), e apenas os Estados da Amazônia estão bem super-representados, os demais pouco ganhando ou perdendo com isso. De toda forma, esse desequilíbrio constitui enorme entrave a qualquer mudança, pois um governo tem que ceder muito mais a essa representação excessiva do que precisaria, se a representação fosse mais fiel às forças sociais, ou ao que se chamava antigamente "as forças vivas da nação"...

Concordo, por um lado, que falta pressão, mas não só popular: falta pressão, em geral, sobre essas questões.

Talvez, em última análise, o que tenhamos seja a extraordinária dificuldade das várias classes da sociedade brasileira para traduzir seus anseios em termos políticos.

Elas conseguem traduzir seus anseios em formulações imediatas: pedir aumento de salários, pedir isenção de impostos. Projeto nacional ou público é raro. Aliás, esse Governo - apesar de ser um Governo em que a ciência política deveria estar presente mais do que em outros - favorece esse perfil corporativista ao facilitar a pressão.

Ao anistiar o Presidente do Senado por um delito comprovado, o Governo deixou claro que qualquer pressão é aceita. Qualquer um pode pressionar. A pressão é livre.

Entretanto, no regime democrático, as pressões têm que ser sublimadas, têm que se tornar discurso argumentado.

Não se chega simplesmente com uma carteira ou um trabuco e se diz: "eis a minha vontade". Cada um constrói argumentos e doutrinas. Seria preciso sensibilizar a opinião pública, mostrar que, na verdade, digamos, o Senador condenado e depois anistiado, ao imprimir seus calendários, concorria para uma visão moderna do tempo (risos). Seria uma argumentação mais sofisticada e não essa coisa tão direta, como: "se não fizer isso, não aprovamos o presidente do Banco Central"; "se não fizer isso, não passa nada". Essa dificuldade de se engendrar um discurso político vem junto com a dificuldade de se ter uma discussão política. Numa discussão política, interesses diferentes estariam defendendo o voto distrital, o voto proporcional, etc. E o discurso da solução técnica, que é o nosso discurso dominante, seria eliminado. Ouvimos constantemente que, se adotarmos dez mudanças no parlamento, dez mudanças na economia, dez mudanças na Previdência, vamos beneficiar o Brasil todo. Um discurso técnico constitui sua oposição como retrógrada, os chamados "dinossauros" da economia ou da política.

Até posso concordar com muitas reformas, mas estranho esse esvaziamento da dimensão social ou política quer delas, quer da resistência a elas.

Leonardo Avritzer - As suas últimas afirmações me chamam a atenção para a interessante questão de como o clientelismo perverte a qualidade da discussão dentro de uma esfera pública. Essa pressão que, hoje, o Governo Fernando Henrique sofre com a aprovação pelo Senado da lei que limita os juros a 12% ao ano é impressionante em termos do empobrecimento da discussão política. Não ocorre uma discussão política sobre se os 12% de juros são bons ou maus para a economia ou o País; o que há é um voto utilizado para pressionar o Presidente. Há assim uma completa descaracterização do que deveria ser o debate político na esfera pública; os membros do parlamento não legislam com base naquilo que seria, pelo menos como discurso, a tentativa de construir uma sociedade politicamente racional. Tem-se justamente o contrário, e por isso é fácil desqualificar o parlamentar, chamando-o de irracional, e exaltar, contra ele, o caráter técnico das reformas.

Renato Janine Ribeiro - É, concordo. Apenas acrescentaria alguns matizes. De um lado existe, de fato, esse espaço livre e aberto às pressões, que não necessitam ser racionalizadas, ou seja, as pressões se exercem num estado nu. Na Inglaterra, há o fenômeno dos backbenchers, isto é, os deputados que se sentam no fundo da bancada, que não são escutados e que, às vezes, se revoltam contra as lideranças. Aqui, isso parece muito facilitado pela falta de fidelidade partidária: ou seja, os deputados podem, realmente, negociar seu voto. Muitos nem se preocupam em sublimar o seu discurso. Embora as lideranças tenham um poder muito grande, no Congresso, sobre os backbenchers, há também esse outro lado, pelo qual a negociação literalmente ocorre. Isso traz um dado curioso: a junção do que é pré-representativo - ou que é a negação da representação pela via do atraso - com o que é a negação da representação pela via chamada moderna, à qual antes me referi. De um lado, o clientelismo; do outro, o abismo.

Então, temos desde o clientelismo do deputado que foi eleito porque a família precisa sempre de um parlamentar para resolver seus problemas no interior do sertão nordestino, até o deputado que é muito permeável ao lobby de tal ou qual setor da indústria. Pode até ser que o mesmo deputado faça os dois papéis. Ao mesmo tempo, quanto à ideia de pressões irracionais, é possível notar um consenso muito grande em relação a certas medidas que devem ser tomadas. Por exemplo, o consenso de que o limite dos juros é absurdo parece muito amplo. Na imprensa e no próprio Congresso, há uma convicção muito grande disso. Esses consensos, porém, geralmente são expressos sem uma discussão adequada. Há um consenso, cada vez maior, de que o voto obrigatório é um equívoco.

Mas a argumentação contra o voto obrigatório reduz o direito de voto a um direito individual. A dimensão pública do voto, na qual ele pode mesmo ser um dever, é totalmente eliminada. Quer dizer, essa ideia republicana elementar, segundo a qual o voto obrigatório pode ser uma obrigação, porque temos de participar da discussão pública, é simplesmente esquivada, e afirma-se que o voto obrigatório é conivente com a má representação, sendo, até mesmo, sua causa.

A discussão é muito imediata, empenhada demais em gerar medidas e consensos, em nome da boa técnica e da boa doutrina, o que acaba sendo uma excelente oportunidade para se desqualificar o outro como atrasado, etc. osso debate político é bem tacanho, não admite muito a discordância ou o aprofundamento. E isso, em última análise, porque nos faltam a experiência e a ideia do espaço público. Construí-lo é difícil, embora necessário.